

Congresso retoma sessões segunda em regime de esforço concentrado

20 JUN 1992 CORREIO BRAZILIENSE

A partir de segunda-feira, o Congresso entrará em regime de esforço concentrado para apreciar e votar cerca de 20 vetos presidenciais e várias matérias consideradas polêmicas pelos parlamentares, entre elas o orçamento plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Delegada, que concede ao Presidente da República o poder de reajustar os vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo, buscando a isonomia salarial entre os três Poderes. Além disso, o Congresso também espera apreciar os projetos de modernização portuária, patentes industriais, Advocacia Geral da União e as questões do endividamento de estados e municípios.

Os presidentes do Senado, Mauro Benevides, e da Câmara, Ibsen Pinheiro, vão decidir entre os dias 28 e 29 deste mês se o Congresso Nacional será convocado no recesso parlamentar de julho para prosseguir os trabalhos legislativos. A bancada oposicionista na CPI do caso PC não tem pressa em encerrar as investigações, enquanto os governistas estão se articulando para concluí-las o quanto antes, a fim de reduzir o clima de instabilidade do País. "A CPI não pode ficar exposta por muito tempo", afirmou o coordenador da bancada governista na comissão, senador Odacir Soares (PFL-RO), anunciando

que, na próxima segunda-feira as lideranças partidárias que apoiam o Governo terão um encontro, às 11h, com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, para uma avaliação do quadro político.

O relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), admite ser impossível concluir os trabalhos no dia 11 de julho, o que significa avançar alguns dias do recesso parlamentar, como deseja o senador Odacir Soares. Ontem, o senador Mauro Benevides disse que não está recebendo pressões do Governo para convocar o Congresso até essa data e, assim, colaborar com o encerramento da CPI. No entanto, admitiu ter sido procurado por algumas lideranças que se mostraram preocupadas com o acirramento da crise política. Foi o caso, por exemplo, do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que o procurou na última quarta-feira. "Vamos examinar os aspectos legislativos e políticos", informou ao deputado, para acrescentar que, caso o Congresso seja convocado em julho, serão votados também outros projetos como o orçamento plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre outros.

Autoconvocação — Na avaliação de Benevides, a CPI só poderá funcionar em julho caso o Congresso se autoconvoque. Se

isso não ocorrer, o senador Maurício Corrêa, vice-presidente da CPI, vai propor a elaboração de um relatório parcial do Ministério Público, incluindo o indiciamento do empresário PC Farias. Essa proposta, contudo, foi rebatida pelo relator, para quem isso esvaziaria politicamente a comissão.

Ontem mesmo, Benevides iniciou suas consultas sobre a possibilidade de a CPI terminar no final de julho. "Isso é impossível", informou-lhe Amir Lando, que no final da próxima semana pretende iniciar a elaboração de seu relatório. "É uma razão a mais para que discutamos a perspectiva de convocação ou não do Congresso", devolveu Benevides. O próprio Benevides, segundo seus interlocutores, estaria interessado em estender a prorrogação dos trabalhos legislativos para votar o máximo de matérias antes do início das campanhas eleitorais.

Na avaliação de Amir Lando, caso o Congresso funcione até o final de julho, provavelmente a CPI terminará os trabalhos antes de agosto. Esse é também o prognóstico do presidente da CPI, deputado Benito Gama (PFL-BA). Se o Congresso for realmente convocado no recesso, o que seria uma espécie de prorrogação, Benevides já avisou que os parlamentares não terão ajuda de custo.